



"SENDO QUEM EU SOU": ADOLESCENTE E HOMOSSEXUAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ

*Paulo Santos Freitas Junior*¹, *Patrícia Rangel Gomes*²

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar o relato de experiência de um adolescente homossexual quando de sua inserção em uma escola da rede pública municipal de Campos dos Goytacazes, município situado na Região Norte/Noroeste do estado do Rio de Janeiro. A disponibilidade do jovem em tornar pública sua experiência e conceder a entrevista justifica a escolha do caso que, ainda que não possa ser generalizado, é representativo de um segmento que vem sofrendo discriminação e preconceito na escola em decorrência de sua orientação sexual, quando dela não evade. Como metodologia empregamos a entrevista (realizada em março de 2017) e a revisão de literatura de parte da produção acadêmica sobre o tema. Com esta reflexão pretendemos oferecer elementos teóricos e empíricos para a construção de um ambiente escolar mais justo e igualitário em todos os seus níveis e relações.

Palavras-chave: Ambiente Escolar. Adolescência. Homossexualidade.

"BEING WHO I AM": ADOLESCENT AND HOMOSEXUAL IN A PUBLIC SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ

Abstract: The objective of this article is to present the experience report of a homosexual adolescent when his insertion in a school of the municipal public network of Campos dos Goytacazes, a municipality located in the North/Northwest Region of the state of Rio de Janeiro. The willingness of the young person to make public his experience and grant the interview justifies the choice of the case that, although not generalized, is representative of a segment that has been suffering discrimination and prejudice in school due to his sexual orientation, when he does not escape. As a methodology we used the interview (conducted in March 2017) and the literature review of part of academic production on the subject. With this reflection we intend to offer theoretical and empirical elements for the construction of a fairer

¹Mestre em Políticas Sociais (UENF). Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Campos dos Goytacazes (SMECE). E-mail: amigodaalegria@gmail.com

²Bacharel em Serviço Social (Faculdade Redentor). E-mail: patriciarg1@yahoo.com.br





and more egalitarian school environment at all its levels and relationships.

Keywords: School Environment. Adolescence. Homosexuality.

1. Introdução

Tomando por base a experiência vivida por um adolescente quando de sua inserção em uma escola da rede pública municipal de Campos dos Goytacazes, município situado na Região Norte/Noroeste do estado do Rio de Janeiro, o objetivo deste artigo é abordar os desafios enfrentados por adolescentes homossexuais no ambiente escolar.

Como forma de ilustrar tais desafios, empregamos como metodologia o Relato de Experiência registrado em uma entrevista realizada por meio de um formulário próprio em março de 2017 com o jovem Eduard (nome fictício) e a revisão de literatura da produção acadêmica sobre o tema que tem desafiado escolas e educadores em todo o país. Ainda que a experiência não possa ser generalizada, as respostas dadas a quatro perguntas abertas (Pesquisa Qualitativa) pelo jovem são representativas de um segmento que vem sofrendo discriminação e preconceito no ambiente escolar em decorrência de sua orientação sexual, quando dele não evade.

Além da introdução e das considerações finais, organizamos o artigo em duas seções. Na primeira, aborda as concepções em torno da adolescência e da homossexualidade no ambiente escolar e na segunda apresenta a experiência de um adolescente homossexual numa escola pública do município de Campos dos Goytacazes (RJ).

Com esta reflexão pretendemos oferecer elementos teóricos e empíricos para um debate em torno da possibilidade de elaboração e implementação de ações que colaborem com a desconstrução de uma cultura de discriminação e preconceito e a construção de um ambiente escolar mais justo e igualitário em todos os seus níveis e relações.

2. Concepções em torno da adolescência e da homossexualidade no ambiente escolar

Para diversos autores não há como precisar uma definição sobre adolescência, pois não existem, segundo eles, critérios claros para definir a fase que vai da puberdade até a idade adulta ou o período que vem depois da infância e antes da juventude, até porque, a adolescência não é uma fase natural do desenvolvimento humano, mas um derivado de estruturas socioeconômicas (BOCK, 2002). Enquanto



a puberdade constitui um parâmetro universal, ocorrendo de maneira semelhante em todos os indivíduos e em todos os lugares, a adolescência caracteriza-se por ser um fenômeno singular marcado por influências socioculturais que vão se concretizando por meio de reformulações constantes de caráter cultural, sexual, de gênero, ideológico, social e vocacional (BRASIL, 2007).

Para Bock (2002, p. 294) dá-se o nome de adolescência “à fase caracterizada pela aquisição de conhecimentos necessários para o ingresso do jovem no mundo do trabalho e de conhecimentos e valores para que ele constitua sua própria família”. Segundo Corti e Souza (2004, p.11),

A Organização Mundial da Saúde (OMS), instituição da ONU para a saúde, entende que a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, que vai dos 10 aos 19 anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 2º, define como adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 2010) e o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, considera jovem a pessoa com idade compreendida entre quinze e vinte e nove anos. Aos adolescentes com idade entre quinze e dezoito anos aplica-se a Lei 8.069/90 - ECA (BRASIL, 2015).

Na adolescência, além da descoberta da sexualidade, podem ocorrer inúmeras ansiedades, conflitos e medos frente às mudanças que a caracterizam. É nela também que se define a orientação sexual (hetero, homo e bissexual). Assim, a adolescência é um período marcante na transição para a vida adulta, uma fase de desenvolvimento humano carregada de mudanças, seja no comportamento, nos hábitos ou na sexualidade (RIBEIRO e KOEKLER, 2009). É na adolescência também que se vive um momento de grande intensificação das manifestações sexuais em que o indivíduo passa a ter uma nova imagem corporal e posição sexual. É uma fase de experimentação sexual que contribui na construção da futura identidade sexual. Para isso, o adolescente pode trilhar o caminho da heterossexualidade, da homossexualidade e/ou da bissexualidade (TAQUETTE e VILHENA, 2003).

No caso da homossexualidade, existe um desejo persistente por pessoas do mesmo sexo, na maioria das vezes impossível de ser impedido. Estudos recentes revelam que não há uma causa (origem) específica para a homossexualidade, mas um conjunto de fatores que



se inter-relacionam entre si: biológicos, psicológicos, socioculturais (TAQUETTE e VILHENA, 2003). Estima-se que cerca de 10% da população masculina e 6% da população feminina mundial é constituída por homens e mulheres predominante ou exclusivamente homossexuais (TAQUETTE e VILHENA, 2003; NUNAN, 2003; TAQUETTE, 2009; MOTT, 2010). Estes dados, no entanto, precisam ser analisados com cautela, pois não existem pesquisas ou dados demográficos oficiais sobre a população homossexual, os critérios para se definir o que é ser homossexual variam conforme o estudo e muitos sujeitos não revelam sua verdadeira orientação sexual (NUNAN, 2003).

Silva (2009) argumenta que a sexualidade não se explica por ela mesma e nem pela biologia (corpo), mas pela construção social (cultura). Nesse sentido, cada sociedade cria as normas ou regras que determinam as ações ou comportamentos sexuais que são ou não permitidos e os discursos que as fazem funcionar como verdadeiras ou legítimas. Tais verdades construídas é que legitimaram, ao longo da história, atitudes discriminatórias e preconceituosas em relação aos homossexuais.

Para um adolescente é difícil assumir sua homossexualidade devido à discriminação e à rejeição ainda existentes na sociedade contemporânea. Tal rejeição pode levar o adolescente a desenvolver a homofobia internalizada, que diz respeito à dificuldade de aceitação (intolerância) que lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros têm em relação a sua própria condição sexual (VIANNA, 2008; SANTOS, 2009; SARMENTO e RAMOS, 2009). Termo cunhado em 1972, pelo psicólogo clínico George Weinberg, a homofobia define sentimentos negativos em relação a homossexuais e tem sido analisado e ressignificado por inúmeros estudiosos, principalmente dos Estados Unidos e da França, para servir de base ao enfrentamento da chamada violência por preconceito (BORRILLO, 2010; CARRARA, 2010).

De modo geral, o adolescente homossexual é discriminado em todas as dimensões: familiar, psicológica, moral, religiosa, profissional e cultural. Assim, a homofobia, o heterossexismo e o preconceito sexual, que são atitudes irracionais contra os homossexuais, são responsáveis por altos índices de violência contra estes (CORREA, 2010; NUNAN, 2003; TAQUETTE, 2003; SARMENTO e RAMOS, 2009; MOTT, 2010).

Segundo Prado e Machado (2008, p. 67) o preconceito pode ser entendido como “[...] um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social na história de uma sociedade, o que muitas vezes consolida-se como violência e ódio de uns sobre outros”. Para Aronson (1999), o preconceito pode ser definido de forma sucinta “como uma



atitude hostil ou negativa para com determinado grupo, baseada em generalizações deformadas ou incompletas” (Apud NUNAN, 2003, p. 59). Fenômeno complexo e dinâmico que se constrói na mediação entre indivíduo e sociedade, o preconceito diz respeito a uma disposição psicológica negativa, geralmente baseada em valores morais, em relação ao outro, indivíduo ou grupo, a quem não se conhece, mas se elabora um prejulgamento (juízo) como forma de facilitar a compreensão sobre ele. Essa compreensão (generalização), no entanto, é acrítica, ou seja, reconhecida como uma verdade incontestável porque destituída de reflexão (CRITELLI, 2011; PINHEIRO, 2011).

O preconceito contra homossexuais, ao contrário do racismo, é abertamente admitido. De acordo com Mott (1996), no Brasil os homossexuais contam com uma rejeição de 78% entre a população em geral e 82% entre formadores de opinião, incluindo políticos, juristas, executivos, comunicadores e membros da igreja (Apud NUNAN, 2003). No caso específico da Educação, levantamento elaborado com base em entrevistas realizadas com 18,5 mil alunos, pais, funcionários, professores e diretores, de 501 unidades de ensino de todo o país revelou que 87% das escolas públicas brasileiras têm algum grau de preconceito contra homossexuais, sejam estudantes ou educadores (CIEGLINSKI, 2011).

Segundo Nunan (2003), o preconceito contra homossexuais é maior em indivíduos idosos, com nível de escolaridade baixo, residentes em zonas rurais, do sexo masculino, com traços de personalidade autoritária, religiosos, conservadores e que acreditam na existência de papéis de gênero tradicionais. Nesse sentido, o primeiro passo para se superar um preconceito é exatamente reconhecê-lo e, posteriormente, admiti-lo e tentar combatê-lo de forma aberta (JEOLÁS e PAULILO, 2008).

As generalizações deformadas ou incompletas que levam a atitudes hostis ou negativas em relação a determinados grupos são chamadas de estereótipo, “que significa atribuir características pessoais ou motivos idênticos a qualquer pessoa de um grupo, independentemente das variações individuais” (NUNAN, 2003, p. 59). O estereótipo é uma construção cultural e por cultura, entendemos:

[...] uma rede de significados, pertencimentos e produções, que, além das artes e do conhecimento formal, tem a ver também com a diferença, ou seja, diferentes maneiras de organizar a vida social, diferentes maneiras de se apropriar dos recursos da natureza e transformá-los, diferentes maneiras de entender a realidade, a família, o trabalho, enfim, diferentes



maneiras de entender o mundo e suas múltiplas dimensões e possibilidades de expressões e construções simbólicas (ANDRADE, 2010, p.143-144).

A cultura, assim, estabelece papel preponderante na elaboração do preconceito ao criar representações, os estereótipos, que são atribuídas a determinado alvo, objeto do preconceito, ao qual é impressa uma marca, o estigma (PINHEIRO, 2011).

A consequência negativa do estereótipo “está nas generalizações incorretas que rotulam as pessoas e não permitem que estas sejam enxergadas e tratadas como indivíduos singulares com características próprias, negando-lhes direitos morais e legais”. Os estereótipos são utilizados para rotular determinados grupos sociais. Rótulo, portanto, é um tipo particular de estereótipo. Os estereótipos são ao mesmo tempo a causa e a consequência do preconceito e ambos geram a discriminação (NUNAN, 2003, p. 61).

A discriminação é uma atitude ou uma ação que objetiva diferenciar, distinguir e em geral, prejudicar um grupo tendo por base ideias preconceituosas. É o que ocorre com alguns alunos por apresentarem comportamentos diferentes ao esperado para o seu sexo biológico, sofrendo humilhações, brincadeiras preconceituosas, piadinhas, agressões físicas, verbais e tecnológicas (*cyberbullying*), sendo estigmatizados (SARMENTO e RAMOS, 2009).

O estigma, que pode ser entendido como uma marca pública, física ou metafórica, de vergonha e desonra que outorga ao indivíduo um *status* social baixo, se referia, na Grécia antiga, a um signo que era talhado ou queimado no corpo de um indivíduo considerado moralmente defeituoso e que deveria ser evitado a qualquer custo. O termo foi retomado, no século XX, por Goffman (1963) “para se referir ao atributo de uma pessoa que é profundamente desacreditada, reduzindo-a em nossas mentes a um indivíduo maculado, que pode ser descartado a qualquer momento” (NUNAN, 2003, p. 70-71). Segundo Pinheiro (2011), Goffman formulou três tipos de estigma, que tem a função de estabelecer uma diferenciação entre os considerados normais e os diferentes. O primeiro se refere às deformidades físicas, o segundo às questões de caráter individual e, o terceiro, à raça, nação e religião. A homossexualidade estaria inserida, segundo essa lógica, no segundo tipo.

Andrade (2009) afirma que o que nos torna humanos por excelência é nossa capacidade criativa e inovadora. A diferença, assim, constituiria uma característica inerente e fundamental à humanidade, pois a levaria a resistir às padronizações homogeneizadoras. O autor enfatiza, no entanto, que é esta marca identitária, seja ela o sexo, o



gênero, a cor da pele, a etnia, a orientação sexual, a idade, as capacidades físicas e mentais, que tem servido, contraditoriamente, para excluir significativas parcelas da sociedade porque consideradas socialmente inferiores.

Palavra polissêmica, a violência é fruto da sociedade em que os sujeitos estão inseridos, se manifesta de forma verbal, física, sexual e psicológica e pode ser perpetrada no lar, na comunidade e em instituições públicas ou privadas, dentre estas, a escola. Atitudes discriminatórias, estigmatizantes e preconceituosas na escola partem, frequentemente, dos meninos e rapazes, pois estes possuiriam maiores dificuldades em aceitar a diversidade sexual, que está relacionada à lógica binária que reconhece apenas o masculino e o feminino como expressões normais de sexualidade - a heterossexualidade. Essa intolerância à diversidade sexual é chamada de heteronormatividade, que sustenta e justifica sistemas e instituições de saúde, educacionais, jurídicas e, tantas outras, pela norma heterossexual. Tudo o que diverge da norma heterossexual é, desse modo, combatido (SARMENTO e RAMOS, 2009; SANTOS, 2009).

A discussão sobre a discriminação e o preconceito de grupos minoritários em escolas, principalmente homossexuais, vem ganhando espaço em pesquisas e projetos de políticas públicas na área da Educação em todo o país (SARMENTO e RAMOS, 2009). Cabe ressaltar que o termo grupos minoritários se refere a grupos marcados por um *status* social, econômico ou político inferior, não existindo, necessariamente, uma relação entre este *status* e o tamanho numérico do grupo (NUNAN, 2003; ANDRADE, 2009).

Insta registrar que em 06 de novembro de 2015 o Congresso Nacional decretou e a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei nº 13.185/2015 que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) considerada como

[...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015, *online*).

Por meio de medidas de conscientização, prevenção e diagnose, o Programa tem, dentre outros, o objetivo de prevenir e combater a prática da Intimidação Sistemática (Bullying) em toda a sociedade.

Correa (2010) afirma que, apesar dos avanços alcançados, existe ainda grande diversidade de pensamentos sobre o tema



homossexualidade no meio escolar, pois o mesmo é carregado de angústias, dúvidas e preconceitos e que existe dificuldade de se trabalhar o assunto devido à resistência dos padrões éticos, morais e religiosos que muitos professores carregam. Oliveira e Silva (2010) acrescentam que existem educadores tão alienados e despreparados para lidar com as diferenças que agem de forma preconceituosa, reproduzindo estereótipos e constrangendo alunos dentro da sala de aula. Para Trindade (1999):

A gente olha, mas não vê, a gente vê, mas não percebe, a gente percebe, mas não sente, a gente sente, mas não ama e, se a gente não ama a criança, a vida que ela representa, as infinitas possibilidades de manifestação dessa vida que ela traz, a gente não investe nessa vida, e se a gente não investe nessa vida, a gente não educa e se a gente não educa no espaço/tempo de educar, a gente mata, ou melhor, a gente não educa para a vida; a gente educa para a morte das infinitas possibilidades. A gente educa (se é que se pode dizer assim) para uma morte em vida: a invisibilidade. A nossa formação docente muitas vezes é marcada por uma inculcação de preconceitos que, certamente, corroboram para a produção de maiorias invisíveis e silenciadas, e isto é tão forte que nem percebemos (Apud OLIVEIRA e SILVA, 2010, p. 09).

No caso específico de adolescentes homossexuais, estes são as vítimas preferenciais de discriminação, preconceito e violência na sociedade como um todo e na escola não é diferente. Não por acaso a homossexualidade no ambiente escolar tem desafiado escolas e professores que não sabem como lidar com a questão e acabam reforçando atitudes discriminatórias e preconceituosas (BORTOLINI, 2008).

3. A experiência de um adolescente homossexual numa escola pública do município de Campos dos Goytacazes / RJ

O município de Campos dos Goytacazes, localizado na parte Norte da Baixada Fluminense, na região banhada pelo Rio Paraíba do Sul, a duzentos e setenta e nove km da capital, Rio de Janeiro, teve até 1930, sua economia baseada na cultura da cana-de-açúcar e fabricação de açúcar e álcool. Atualmente, o município é reconhecido pela extração de mais de 80% do petróleo que é produzido no Brasil, processo que se inicia no final de 1970, com a instalação da Petrobras em Macaé, município vizinho, e por constituir-se num polo universitário (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2006; CRUZ, 2006).



Comparado a outros municípios de porte médio do estado do Rio de Janeiro (em torno de 500 mil habitantes), Campos dos Goytacazes (RJ) é considerado regionalmente como um polo de Educação nos níveis infantil, fundamental, médio e universitário onde cento e cinquenta e sete escolas, sessenta e sete creches, cinco mil professores e cinquenta e sete mil alunos compõem a rede municipal de ensino público que está entre as que apresentaram altos índices de distorção idade/série e as piores médias (3,2 pontos) na lista do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), segundo levantamento que realizamos em 2017, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE).

Os altos índices de distorção idade/série podem ser explicados por suas elevadas taxas de evasão e reprovação, o que tem requerido investimentos em reformas estruturais das escolas e creches, qualificação de professores, fornecimento de uniformes, material escolar e merenda, dentre outros, que objetivam imprimir qualidade à rede pública de ensino municipal. Os reflexos de um contexto político marcado nos últimos vinte anos por constantes alterações de governo e, conseqüentemente, de secretários, normas e estratégias de ação (políticas de governo) vêm, assim, interferindo negativamente na consolidação de uma Educação de qualidade no município.

É neste contexto que situamos a experiência de Eduard, que no período de 2006 a 2014, foi aluno de uma das escolas (cujo nome será preservado por questões éticas) da rede pública municipal de Campos dos Goytacazes (RJ) aonde aquele, ainda adolescente, enfrentou a discriminação e o preconceito. Sua disponibilidade em conceder a entrevista justifica a escolha do caso que, embora não possa ser generalizado, é representativo de um segmento que vem sofrendo discriminação e preconceito no ambiente escolar em decorrência de sua orientação sexual, quando dele não evade.

Branco, do sexo masculino, com dezenove anos, Eduard nasceu no Município de Campos dos Goytacazes (RJ), onde reside com a mãe e a madrasta. Considera-se uma pessoa persistente, pois não desiste de seus sonhos. Concluiu o terceiro ano do Ensino Médio numa escola da rede pública estadual e, atualmente, faz um curso técnico em uma instituição da rede federal.

Em entrevista realizada por meio de formulário, em março de 2017, Eduard trouxe à tona, em resposta a quatro perguntas abertas (Pesquisa Qualitativa), a experiência que é vivida por inúmeros adolescentes no ambiente escolar deste país e que é marcada pela discriminação e preconceito, conforme já apontamos.



Inquirido sobre como foi vivenciar sua homossexualidade no ambiente escolar, Eduard respondeu que: “Foi bem complicado [...], porque conviver [...] grande parte de sua vida sendo xingado, humilhado, ouvindo piadinhas ridículas é chato” (Entrevista concedida aos autores, março de 2017). A discriminação e o preconceito contra adolescentes homossexuais se manifestam, segundo Ribeiro e Koehler (2009), de diferentes formas na escola, seja através do olhar, nos gestos, no riso, no sarcasmo, no cochicho, no comentário em voz baixa, seja através de ameaças, apelidos, agressões físicas ou verbais, xingamentos, piadas, exclusão do grupo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, preconiza que crianças e adolescentes, entendidas como pessoas humanas em peculiar processo de desenvolvimento, têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (Artigo 15), além dos direitos civis, humanos e sociais que são garantidos na Constituição Federal de 1988 e nas demais Leis (BRASIL, 2010). O direito à liberdade compreende, dentre outros, a participação na vida familiar e comunitária sem discriminação (parágrafo V do Artigo 16). O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral e abrange a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (Artigo 17) (BRASIL, 2010). Eduard não teve seus direitos respeitados quando, de diferentes formas, sofreu discriminação e preconceito ao expressar sua sexualidade na escola.

Indagado sobre os desafios enfrentados no ambiente escolar em termos de sua homossexualidade Eduard relatou que: “Era praticamente um fardo que eu carregava. Todos os dias passar pelas mesmas coisas” (Entrevista concedida aos autores, março de 2017).

Instituição que tem como função social a formação de cidadãos, a escola desempenha importante papel de socialização, pois é nela que crianças e adolescentes passam grande parte de seu tempo e aprendem muito de seus valores. É neste ambiente plural que a diferença deveria conviver melhor; no entanto, é o espaço em que pensamentos e comportamentos discriminatórios e preconceituosos têm sido cristalizados (FERNANDES, 2009; SANTOS, 2009). A escola constitui uma instituição que pode e deve desenvolver uma adequada abordagem da homossexualidade que promova a crítica a atitudes discriminatórias e favoreça a tolerância (respeito) pela diversidade sexual. Mas, será que as escolas em Campos dos Goytacazes (RJ) têm cumprido esse papel? Será que seus professores estão qualificados para lidar com um tema ainda tão controverso? As respostas de Eduard parecem indicar que não.



Só uma educação diferenciada, que respeite a orientação sexual de adolescentes, poderá garantir que cada um se constitua como sujeito a partir de suas diferenças identitárias. Afinal, adolescentes homossexuais também são seres humanos, cidadãos e têm os mesmos direitos que qualquer outro adolescente (MOTT, 2010). Questionado sobre como superou tais desafios, Eduard desabafou:

Aceitando simplesmente o que eu sou. Eu sou isso e pronto e acabou e o resto que se fôda. Deus deu a cada um de nós um corpo, uma alma e uma vida, então cada um cuida da sua. Sou feliz sendo o que eu sou: Eu. É isso que importa! (Entrevista concedida aos autores, março de 2017).

Não há, como querem os que pretendem curá-la, uma causa específica para a homossexualidade, que é resultado da interação de fatores biológicos, psicológicos e socioculturais, dos quais os seres humanos não possuem controle. Em sã consciência, ninguém opta por sofrer discriminação, preconceito ou violência da sociedade, da família e da escola. Tanto é assim, que muitos homossexuais “vivem no armário”, ou seja, escondem ou não assumem sua homossexualidade, o que não é o caso de Eduard.

É inegável que à escola, enquanto espaço de socialização do conhecimento necessário à promoção do desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio homem enquanto indivíduo inserido na sociedade, cabe o compromisso de não ser indiferente à diferença e construir todos os caminhos que busquem um processo educacional mais justo e democrático, o que a experiência de Eduard demonstra não ter havido. A invisibilidade e o silêncio em torno da homossexualidade em adolescentes no âmbito da escola concorrem para que a violência contra eles praticada se perpetue. Urge quebrar o silêncio em relação a situações de discriminação e violência, motivadas por preconceito, o que contribuirá para a construção de uma ordem social mais justa e igualitária.

Perguntado sobre o que poderia ser feito para se superar a discriminação e o preconceito vivido por homossexuais no ambiente escolar, Eduard informou que:

Eu acho que o Governo juntamente com o Ministério da Educação deveriam fazer projetos em escolas que pudessem ter debates entre os alunos para mostrar que isso não é o que a sociedade impõe, ou o que os pais dizem ser em casa, mas sim mostrar que é normal (Entrevista concedida aos autores, março de 2017).



Embora a expressão diversidade de gênero não tenha entrado no atual Plano Nacional de Educação (PNE), a Educação Sexual é um tema que deveria pertencer ao currículo escolar, pois nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) (BRASIL, 2001), o Ministério da Educação prevê o desenvolvimento de projetos de educação sexual em todas as escolas de ensino fundamental do país, com o objetivo de incentivar reflexões sobre o corpo como matriz da sexualidade, as relações de gênero e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e AIDS. Porém, na maioria das vezes o tema não é abordado de forma compromissada, ética, responsável e séria pelas escolas.

Adolescentes expressam sua sexualidade e suas vivências amorosas através das roupas que usam, das músicas que produzem ou consomem, pela linguagem verbal, escrita, gestual e pelos esportes que praticam. Como geralmente as famílias são conservadoras e não há um diálogo entre pais e filhos e os meios de comunicação veiculam informações errôneas, os adolescentes buscam na escola, espaço que curiosamente demonstram ter confiança, informações sobre sexo e sexualidade. A escola não pode desconsiderar esse fato e deve desenvolver propostas que visem a implementação da Educação Sexual, que deve ser entendida como:

[...] um processo de intervenção planejado, intencional e sistemático, que inclui o esclarecimento das dúvidas, o questionamento das posições estanques e a ressignificação das informações e valores incorporados e vivenciados no decorrer da vida de cada criança ou jovem (SAYÃO, 1997, p. 112-113).

A escola contemporânea tem sido convocada a intervir na socialização afetivo-sexual dos adolescentes, pois pode tornar-se o *locus* privilegiado para a educação sexual de seus alunos. Para isso, tem sido convidada a se reorganizar a partir da ampliação de suas funções e os atores envolvidos na construção coletiva desta instituição precisam incorporar as novas mudanças (ROSISTOLATO, 2009).

Neto (2010) acredita que se a escola tem demonstrado ser um dos espaços onde a discriminação e o preconceito se reproduz tacitamente é nela também que, contraditoriamente, poderá agir como instrumento de sua superação. No entanto, constatamos que, embora o Plano Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes/RJ (2009) tenha incluído em uma de suas diretrizes o tema diversidade sexual, nenhum projeto sobre sexualidade vem sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) do município.



4. Considerações finais

Para que um indivíduo seja ele próprio e expresse sua sexualidade sem correr riscos é preciso inserí-lo num contexto de relações humanas positivas e favoráveis à valorização do conhecimento de si mesmo e do outro. A Educação brasileira e, com ela, suas escolas, não tem sido este lugar. A escola enquanto espaço de socialização deve assegurar, apesar de suas dificuldades em lidar com o tema, a aceitação e a tolerância (respeito) à diversidade sexual, para que adolescentes homossexuais tenham sua orientação sexual aceita, o que contribui para uma vida emocional e social satisfatória.

O combate à homofobia, por exemplo, pressupõe um permanente questionamento ou atitude crítica aos mecanismos de dominação associados ao gênero e à sexualidade que atravessam as sociedades ocidentais em geral e a brasileira em particular, que aponte estratégias de eliminação de todas as formas de discriminação e preconceito. Como o município de Campos dos Goytacazes (RJ) não está desconectado de um contexto cultural, histórico, político e social mais amplo, sua face conservadora vem refletindo a discriminação, o preconceito e a violência que historicamente vem marcando os homossexuais em todo o mundo. Um dos grandes desafios para a educação brasileira na contemporaneidade é, portanto, a inclusão da temática diversidade sexual nas escolas, em seus currículos e na formação de seus professores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo. (Org.) *A Diferença que Desafia a Escola: a prática pedagógica e a perspectiva intercultural*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia, Corpo e Educação: a ditadura do corpo perfeito. In: MEYER, Dagmar Estermann; SOARES; Rosângela de Fátima Rodrigues (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004, p. 107-120.

BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.



BRASIL. *Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)*. Brasília (DF): Planalto, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro: ALERJ/CEDCA/RJ, 2010.

BRASIL. *Estatuto da Juventude*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015 (Série legislação nº. 166).

BRASIL. *Marco legal: saúde, um direito de adolescentes*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, v. 10, Pluralidade Cultural/Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 2001, p. 107-154.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Perfil 2005*. Campos dos Goytacazes (RJ): Isecensa/Fundenor, 2006.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Plano Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes*. Campos dos Goytacazes (RJ): SMEC, 2009.

CARRARA, Sérgio *et al.* *Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade*. v. 03, Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília (DF): Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

CIEGLINSKI, Amanda. Pesquisa revela que 87% da comunidade escolar tem preconceito contra homossexuais. *Agência Brasil*. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/07/24/ult105u8415.jhtm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CORREA, Celina Célia Furlan. *Enfocando a Homossexualidade nas Escolas*. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/667-4.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. *Diálogos com o Mundo Juvenil: subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

CRITELLI, Dulce. Onde as minorias não têm vez. *Carta na Escola*, nº. 56, São Paulo: Editora Confiança, mai., 2011, p. 38-39.



CRUZ, José Luís Vianna da. Origem, Natureza e Persistência das Desigualdades Sociais no Norte Fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Orgs.). *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 33-67.

FERNANDES, Janaina Foleis. *O Adolescente Homossexual na Dinâmica Escolar*. Disponível em: <http://www.redepsi.com.br> Acesso em: 05 mar. 2019.

FERRARI, Anderson. Mãe! E a tia Lu? É menino ou menina? – Corpo, Imagem e Educação. *Gênero*. Niterói: EDUFF, v. 04, nº. 01, 2003, p. 115-132.

JEOLÁS, Leila Sollberger; PAULILO, Maria Ângela Silveira. Representações Sociais da Homossexualidade entre Professores do Ensino Público: continuidades e rupturas. *Revista Textos e Contextos*, Porto alegre, v. 07, nº. 02, jul./dez., 2008, p. 266-285.

MOTT, Luiz. *O/A Jovem Homossexual na Escola: noções básicas de Direitos Humanos para professores da Educação Básica*. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File//3encontro_texto1.pdf. Acesso em: 13 mar. 2019.

NETO, Luiz Ramires. *Um Silêncio Desconcertante: a homossexualidade permanece invisível na escola*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gc23/t237.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai Editora Ltda, 2003.

OLIVEIRA, Ilze Arduine de Araújo; SILVA, Eliete Antônia da. *Estigmatizados: de que forma o professor aborda o preconceito no âmbito escolar*. Disponível em: <http://www.simposioestadopolitica.ufu.br/imagens/anais/pdf//CP03.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

PINHEIRO, Viviane Potenza Guimarães. Preconceito, Moralidade e Educação Moral para a Diversidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, nº. 46, Rio de Janeiro: ANPED, jan./abr., 2011, p. 215-233.



RIBEIRO, Carla Regina; KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. *Relação Interpessoal: adolescentes e comportamento homofóbico no contexto escolar*. Disponível em:

<http://www.catedra.ucb.br/sites//100/122/0000000818.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha. Orientação Sexual na Escola: expressão dos sentimentos e construção da autoestima. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 90, nº. 225, mai./ago., 2009, p. 367-384.

SANCHEZ, Félix López. *Homossexualidade e Família: novas estruturas*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira. In: SANTOS, Claudiene. *Mesa Redonda: Educação para a Convivência nas Escolas: experiências inovadoras, homofobia e a (in)visibilidade da violência na escola*. Disponível em: <http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122/000000883.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SARMENTO, Janaina Bispo; RAMOS, Kellen Luana de S. *Homofobia nas Escolas*. Disponível em: <http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122//000000558.doc>. Acesso em: 16 maio. 2019.

SAYÃO, Rosely. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários; Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas*. 5. ed., São Paulo: Summus, 1997a, p. 97-105.

SILVA, Aline Ferraz da. Pelo Sentido da Vista: um olhar gay na escola. *Currículo sem Fronteiras, Pelotas*, v. 09, nº. 02, Jul./dez., 2009, p. 185-200.

TAQUETTE, S. R.; VILHENA, M. M. Homossexualidade e Adolescência. *Pediatria Atual*, v. 16, 2003, p. 10-17.

TAQUETTE, Stella et al. *Relatos de Experiência Homossexual em Adolescentes Masculinos*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf./csc/v10n2/a18v10n2.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.



VIANA, Fabrício. *O Armário: vida e pensamento do desejo proibido*.
São Paulo: Editora Independente, 2008.

Recebido em: 15 de novembro de 2019.
Aceito em: 27 de fevereiro de 2020.

